

Marina Giovanetti Lili Lucena

Direito ao esquecimento no Brasil

**Conceito e critérios na
doutrina e jurisprudência
brasileiras**

Prefácio: Sérgio Branco

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Marina Giovanetti Lili Lucena

Categoria: Direito Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L935d

Lucena, Marina Giovanetti Lili

Direito ao esquecimento no Brasil : conceito e critérios na doutrina e
jurisprudência brasileiras / Marina Giovanetti Lili Lucena. – Rio de Janeiro
: Lumen Juris, 2019.

188 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 169-176.

ISBN 978-85-519-1487-8

1. Direito civil. 2. Direito ao esquecimento. 3. Privacidade. 4. Informação.
5. Memória. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	1
1 Introdução	5
2 Contexto Histórico e Teórico de Desenvolvimento do Direito ao Esquecimento	11
2.1 Direitos da Personalidade	11
2.1.1 Direito à privacidade.....	15
2.1.2 Direito à honra	20
2.1.3 Direito à imagem	21
2.1.4 Direito ao nome e à identidade pessoal.....	25
2.1.5 Direito autônomo ou concretização do direito à privacidade?	27
2.2 Sociedade da Informação e Surgimento da Internet	29
2.3 Casos Paradigmáticos	33
2.3.1 Caso Lebach	37
2.3.2 Caso <i>Google Spain</i>	38
3 Direito ao Esquecimento na Legislação Brasileira	41
3.1 A Constituição Federal de 1988	42
3.1.1 Dignidade da Pessoa Humana	43
3.1.1.1 Livre desenvolvimento da personalidade e autodeterminação informativa	46
3.1.1.2 Cláusula geral de tutela da pessoa	52
3.1.2 <i>Habeas Data</i>	55
3.2 Legislação Infraconstitucional.....	56
3.2.1 Código de Defesa do Consumidor	57
3.2.2 Marco Civil da Internet.....	58

3.2.3 Lei de Acesso à Informação	61
3.2.4 Lei Geral de Proteção da Dados	61
3.2.5 Projetos de Lei	63
4 Direito ao Esquecimento na Doutrina Brasileira.....	65
4.1 Críticas ao Direito ao Esquecimento	65
4.2 A Questão da Memória	70
4.2.1 Memória e esquecimento	70
4.2.2 Memória coletiva e individual	73
4.3 Conceito Doutrinário	77
4.3.1 Enunciados do CJF	81
4.3.2 Desindexação	84
4.4 Critérios Sugeridos.....	87
4.4.1 Razoável lapso temporal.....	90
4.4.2 Ausência de interesse público.....	91
4.4.2.1 Utilidade da informação	93
4.4.2.2 Políticos	94
4.4.3 Potencial dano	95
4.4.4 Informação de domínio público	95
4.4.5 Preservação da memória	95
4.4.6 Veracidade da informação	96
4.4.7 Análise da forma da rememoração	97
4.4.8 Preservação, no maior âmbito possível, dos direitos da personalidade	98
5 Superior Tribunal de Justiça e Direito ao Esquecimento	103
5.1 Caso Chacina da Candelária	105
5.2 Caso Aida Curi.....	116
5.3 Caso Coronel Ustra	123
5.4 Caso Atentado de Guararapes.....	126
5.5 Caso Google Brasil 1	131

5.6 Caso Google Brasil 2	136
5.7 Caso Google e Yahoo! Brasil.....	138
5.8 Diferenciação entre Mídia Televisiva e Internet.....	147
5.9 Os Informativos de Jurisprudência	150
6 Supremo Tribunal Federal e Direito ao Esquecimento	151
6.1 Recurso Extraordinário Caso Aida Curi e Consequente Audiência Pública	151
6.2 Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática.....	159
7 Conclusão.....	165
Referências	169